

Intervenção no IX Congresso da FNSFP

“Trabalho, democracia, direitos”

Estimados convidados, Camaradas:

Começo por vos saudar, na abertura deste nosso IX Congresso, realizado sobre lema “Trabalho, democracia, direitos”, num quadro de profunda ofensiva contra todos os trabalhadores, com particularidades muito concretas para os Trabalhadores da AP. Este ataque, a concretizar-se, resultaria num profundo retrocesso histórico, na

desregulamentação do trabalho, na negação da democracia e no desmantelamento dos direitos.

As funções sociais desempenhadas pelo Estado, na forma que hoje conhecemos, começam a ganhar maior importância na Europa, a seguir à Segunda Guerra Mundial, como consequência da luta dos trabalhadores e do desenvolvimento do modelo social dos Estados socialistas.

Em Portugal, foi com a revolução de 74, que a democracia, na sua dimensão económica, social e política, conheceu

um avanço extraordinário, quer como consequência natural do derrube de um regime com 48 anos de repressão de liberdades e defesa dos interesses de muito poucos, quer pelos objectivos marcantes do 25 de Abril.

As aspirações do povo português ficaram consagradas nos princípios inscritos na Constituição da República. Para a prossecução e aprofundamento do regime democrático, o Estado chamou a si, através das nacionalizações, o controlo dos sectores fundamentais da economia com vista à concretização de

uma política de acordo com os interesses nacionais, libertando-se desta forma da exploração e sabotagem desencadeada pelos grupos monopolistas que haviam sido a base económica e social do regime fascista.

Surge, desta forma, um forte sector público produtivo que, conjuntamente com as Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas de Reforma Agrária, criaram condições para o desenvolvimento e independência nacionais.

Igualmente, e pela primeira vez na história do País, foram reconhecidos ao Povo Português, e consagrados na Constituição da República, o direito universal à saúde gratuita – tornado possível através da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e o direito de todos os portugueses à segurança social, possível por meio da criação de um sistema público e universal de segurança social. Na educação deram-se passos decisivos em todos os graus, desde o combate ao analfabetismo à massificação do Ensino Superior. Avanços ímpares aconteceram também nas áreas da

cultura ou da justiça e, na materialização destas medidas estiveram e estão, os Trabalhadores da AP.

No entanto, ao invés do aprofundamento destas conquistas, assistiu-se a um constante ataque – com campanhas assentes no denegrir dos sectores nacionalizados, apoiadas por amplos instrumentos jurídicos à margem e em violação clara da Constituição, e à incapacidade e mesmo recusa em utilizar o Sector Empresarial do Estado como um instrumento fundamental para levar à prática uma nova política de

desenvolvimento económico procurando-se, e efectivando-se, a reconstituição de velhos e novos grupos monopolistas, subordinando-se assim interesse nacional aos interesses dos grandes grupos económicos.

Este processo foi aprofundado pela entrada de Portugal na então CEE.

Tendo por base a decisão de estabelecer o **Mercado Único** – que resultou num certo número de directivas sobre desregulamentação a partir de 1986, criou-se a estrutura institucional e pôs-se

em marcha o projecto político de privatização. O **Tratado de Maastricht** de 1992, com os chamados critérios de convergência extremamente estritos, foram também utilizados para justificar a política de privatizações massivas, como meio de obter meios financeiros que permitissem cumprir os referidos critérios (défice orçamental não superior a 3 por cento e dívida do Estado não superior a 60 por cento do PIB).

Os impactos destas directrizes para os trabalhadores e o povo português não

deixaram, nem deixam de se traduzir na perda de direitos sociais e civilizacionais, na agudização de fracturas e desigualdades sociais e na multiplicação de assimetrias entre as regiões do nosso país.

As teses e práticas neoliberais do Estado mínimo, do “menos Estado/melhor Estado”, do utilizador–pagador, do mercado como algo abstracto que todos devem servir e de um Orçamento do Estado sujeito aos constrangimentos, já referidos, do Pacto de Estabilidade, têm-se traduzido na liquidação de

instrumentos económico-administrativos públicos essenciais e na consequente redução dos meios para intervir na economia. As privatizações e liberalizações, com a inerente substituição do objectivo do serviço público pelo objectivo do lucro privado, têm-se traduzido em processos com profundas e negativas implicações para as populações e no profundo acentuar das desigualdades em Portugal.

Apesar das falácias quanto ao papel do Estado, este continua a ocupar um papel central no nosso sistema

socioeconómico. O Estado tem-se assumido crescentemente como instrumento dos poderosos e, em especial, na recomposição de grandes grupos económicos privados.

Estimados convidados, Camaradas:

O regime democrático sofreu graves alterações e desvirtuamentos, com o reforço do domínio do poder político pelo poder económico, com o assalto das multinacionais e de grupos económico-financeiros nacionais a bens e serviços públicos.

Assim, adoptando e adaptando o Estado às teses neoliberais— o menos Estado, a maior eficiência da gestão privada em relação à pública, o Estado regulador e não produtor, promove-se a desregulamentação do mercado de trabalho, as privatizações do que resta do Sector Empresarial do Estado, a liberalização e desregulamentação dos serviços públicos, colocando como principal objectivo do Estado a criação do ambiente favorável à iniciativa privada, numa acção supletiva para as

chamadas *imperfeições* ou *disfuncionamentos* do mercado.

Ao invés de inverter esta política, o actual governo PS\Sócrates tem desempenhado um papel de destaque no seu agravamento e aprofundamento, com implicações bem evidentes; visíveis nos Lucros da Banca de milhões, a juntar aos muitos milhões das 500 maiores empresas não – financeiras, ao mesmo tempo que 2 milhões de portugueses vivem abaixo do limiar da pobreza, ou nos 20 % mais ricos que

ganham mais de 8 vezes que os 20% mais pobres, ou, ainda, nos mais de um milhão de trabalhadores que têm um vínculo precário, a juntar aos mais de 500 mil desempregados.

Esta é uma face da política do actual governo, aquele que há três anos pedia aos trabalhadores sacrifícios em nome do desenvolvimento e que constatado o fracasso da sua política, e a imperiosa necessidade de mudança, insiste no ataque a todos os trabalhadores e ao povo português com propostas como a revisão do código de trabalho, ao arrepio

das promessas eleitorais e dos compromissos assumidos enquanto oposição.

Mas a política do PS\ Sócrates não se fica por aqui, como bem sabemos...

Desde que tomou posse, o governo elegeu como inimigo público os TFP's. Juntando a sua voz e a de vários ministros e secretários de estado, à voz dos muito ricos, apoiados pelos comentadores a soldo, procuraram transformar-nos num bando de privilegiados, de trabalhadores com

super direitos, como responsáveis por uma fraca prestação da AP. Começou pelos TFP's, o mais grave ataque aos serviços públicos, nascidos com Abril. Uma marca vergonhosa do PS\Sócrates.

Estimados convidados, camaradas:

Esta ofensiva é marcada por 6 diplomas legislativos que visam, simultaneamente a destruição do papel Constitucional do Estado na prestação de serviços públicos e a liberalização das relações de trabalho e os despedimentos na AP.

O PRACE;

O regime de mobilidade;

O SIADAP;

A Lei 12-A dos Vínculos, Carreiras e Remunerações;

O Estatuto disciplinar e o;

Regime de Contracto de Trabalho em Funções Públicas;

São instrumentos que se ligam, que não podem ser olhados isoladamente, que fazem parte da estratégia de desmantelamento do Estado, dos direitos dos que lá trabalham e que, desta forma atentam contra o próprio regime democrático, assente num

conjunto de conquistas consubstanciadas, entre outras, nas funções sociais do Estado.

A estes diplomas voltaremos durante o nosso Congresso, mas queria desde já realçar as vitórias que neste duro combate temos consigo, fruto da intensa luta que temos desenvolvido. As greves, as manifestações e outras formas de luta que temos desencadeado obrigaram o Governo a recuar em algumas matérias, atrasaram a implementação desta contra reforma e travaram alguns processos de

trabalhadores enviados para o regime de mobilidade especial.

Estas conquistas, no entanto, não alteram o fundamental do conteúdo da ofensiva em curso pelo que é vergonhoso o papel de algumas estruturas “sindicais”, da UGT, e o papel de subserviência aos interesses do governo e dos grandes grupos económicos, numa clara traição, não só aos Trabalhadores da AP, mas a todos os trabalhadores e povo português.

Estimados Convidados, camaradas

Os próximos tempos são de luta! A jornada do próximo dia 5 de Junho constituiu a próxima etapa e outras se seguiram na defesa do **Trabalho, pela democracia, e pelos direitos dos trabalhadores!**

VIVA os Trabalhadores da Função Pública!

VIVA o IX Congresso!